

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO À ATA nº 1

REFERÊNCIAS B1 a B4 / C1 a C8

PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

De acordo com o estipulado na Ata nº 1, das referências referidas em epígrafe, o júri estipulou enquanto **Métodos de seleção obrigatórios:**

- a) Prova de conhecimentos
- b) Avaliação Curricular (opção por métodos de seleção nos termos do nº 2 do artigo 36.º da LTFP)
- c) Avaliação Psicológica
- d) Entrevista de Avaliação de Competências (opção por métodos de seleção nos termos do nº 2 do artigo 36.º da LTFP)

- E enquanto **Método facultativo:**

- e) Entrevista Profissional de Seleção

- Relativamente à **a) Prova de Conhecimentos (PC)**, destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função.
- A PC assumirá a forma escrita, de realização individual, de natureza teórica, específica e efetuada em suporte de papel, e pode ser composta por questões de desenvolvimento, de escolha múltipla e/ou questões diretas, com a duração máxima de 90 minutos, onde será também avaliado o adequado conhecimento da língua portuguesa, ao longo de toda a prova.
- A PC será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas compreende 40% para a classificação final.
- A prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção e critérios a aplicar/cotar, encontram-se na posse do júri até à data da sua realização, por serem de carácter confidencial, estando disponíveis para consulta no após aplicação deste método de seleção.
- **Será de consulta e versará sobre a legislação/bibliografia/temáticas abaixo identificadas**, por cada referência, às quais deverão ser consideradas todas as atualizações e alterações que possam vir a ocorrer até à data da realização da prova.

- Fica à responsabilidade dos candidatos a pesquisa e impressão da legislação/bibliografia a levar para a PC. **A mesma não poderá ser anotada/comentada** (nem vir com anotações pelo candidato), bem como **não poderá constar o índice**.
- Aceitam-se apenas a colocação de post-its (não anotados) e demais separadores, que sirvam como o próprio nome indica, para separar os diplomas.
- A PC é de carácter eliminatório e a não comparência à sua realização no local e horário a designar, em próxima comunicação, determina a exclusão do candidato à referência em causa.
- **Legislação B1 a B4:**
 - a) Constituição da República Portuguesa (Títulos VIII e IX);
 - b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;
 - c) Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação — Modernização Administrativa;
 - d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
 - e) Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho;
 - f) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação — Regime Jurídico das Autarquias Locais;
 - g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
 - h) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro — Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública;
 - i) Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Santa Cruz, publicitado pelo Despacho n.º 1472/2022 de 04 de fevereiro, na 2ª série do Diário da República nº 25;
 - j) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual - Código dos Contratos Públicos;
 - k) Regulamento Geral de Proteção de Dados
- **Legislação C1:**
 - a) Constituição da República Portuguesa (Títulos VIII e IX);
 - b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;

- c) Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação — Modernização Administrativa;
- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- e) Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho;
- f) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação — Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
- h) Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro – Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;
- i) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro — Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública;
- j) Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Santa Cruz, publicitado pelo Despacho n.º 1472/2022 de 04 de fevereiro, na 2ª série do Diário da República nº 25;
- k) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual - Código dos Contratos Públicos;
- l) Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- m) Regulamentos Municipais (os disponibilizados na página eletrónica da Autarquia).

- **Legislação C2:**

- a) Constituição da República Portuguesa (Títulos VIII e IX);
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;
- c) Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação — Modernização Administrativa;
- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- e) Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho;
- f) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação — Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;

- h) Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro – Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;
- i) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro — Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública;
- j) Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Santa Cruz, publicitado pelo Despacho n.º 1472/2022 de 04 de fevereiro, na 2ª série do Diário da República n.º 25;
- k) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual - Código dos Contratos Públicos;
- l) Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- m) Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado pelo Regulamento n.º 258/2011, de 20 de abril;
- n) Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro - Regras uniformes para a verificação da situação de insuficiência económica;
- o) Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na sua redação atual - Acesso ao direito e aos tribunais;
- p) Regulamentos Municipais (os disponibilizados na página eletrónica da Autarquia).

- **Legislação C3 e C4:**

- a) Constituição da República Portuguesa (Títulos VIII e IX);
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;
- c) Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação — Modernização Administrativa;
- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- e) Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho;
- f) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação — Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
- h) Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro – Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;
- i) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro — Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública;

- j) Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Santa Cruz, publicitado pelo Despacho n.º 1472/2022 de 04 de fevereiro, na 2ª série do Diário da República nº 25;
- k) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual - Código dos Contratos Públicos;
- l) Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- m) Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro - Regras uniformes para a verificação da situação de insuficiência económica;
- n) Regulamentos Municipais (os disponibilizados na página eletrónica da Autarquia).

- **Legislação C5 a C8:**

- a) Constituição da República Portuguesa (Títulos VIII e IX);
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;
- c) Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação — Modernização Administrativa;
- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- e) Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho;
- f) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação — Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- g) Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
- h) Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro – Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;
- i) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro — Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública;
- j) Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Santa Cruz, publicitado pelo Despacho n.º 1472/2022 de 04 de fevereiro, na 2ª série do Diário da República nº 25;
- k) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual - Código dos Contratos Públicos;
- l) Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- m) Regulamentos Municipais (os disponibilizados na página eletrónica da Autarquia).